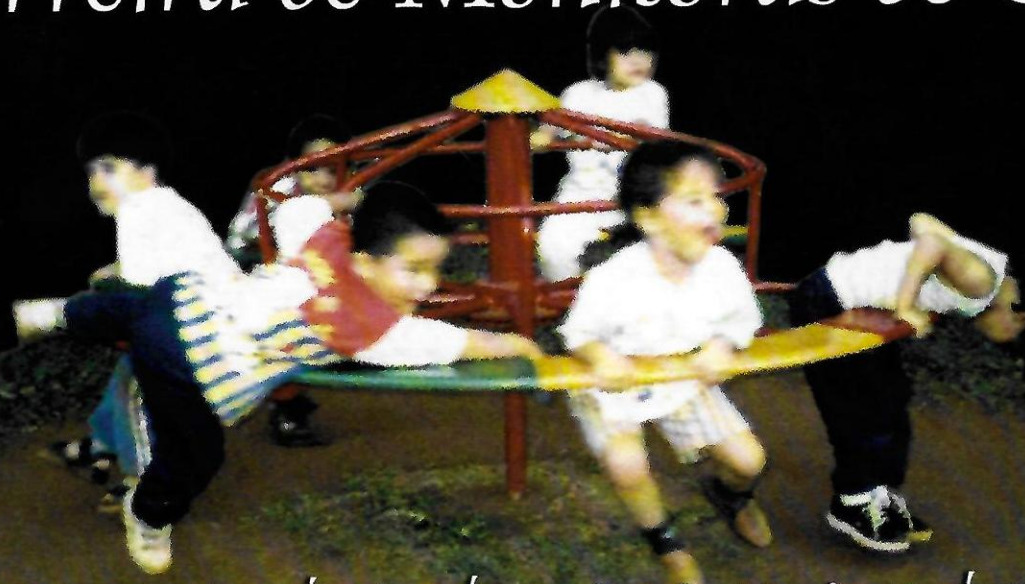


Relatos e Experiências Municipais de Carreira de Monitoras de Creche



Mesa redonda realizada pelo Mandato do Vereador Paulo Bufalo
em 13 de março de 2003 no plenário da Câmara Municipal de Campinas



Índice

Apresentação_____4

As Exposições

Abertura_____6

Professora Ana Tancredi_____8

Professora Leila da Silva Soueid_____14

Professora Maria D. A. Sanches_____20

Professora Ana Lúcia G. Faria_____26

Debate_____31

Apresentação

Desde que iniciei minha militância política, em meados da década de 1980, o tema criança e adolescente sempre chamou especial atenção. Quando conquistamos este mandato de vereador, na eleição de 2000, levamos esta luta para a Câmara Municipal. E esta é uma de nossas prioridades que procuramos consolidar, seja através da defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da educação pública gratuita e de qualidade social ou na formulação de projetos e políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes.

Entendemos que o papel de um legislador socialista, para além da fiscalização do executivo e da apresentação de projetos de lei, é fomentar a luta e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras na construção de um novo modelo de sociedade.

Neste sentido, no dia 13 de março de 2003, realizamos no Plenário da Câmara Municipal de Campinas a Mesa Redonda “Relatos e Experiências Municipais de Carreira das Monitoras de Creche”.

Cerca de cem monitoras, representando 40 CEMEIs e EMEIs de Campinas, participaram do debate, que contou com a participação das professoras Leila da Silva Soueid (assistente técnica pedagógica do Departamento de Educação e Cultura do Município de Diadema – SP), Maria Dolores A. Sanches (gerente de educação infantil da Prefeitura de Santo André – SP), Ana Tancredi (Universidade de Belém – PA) e Ana Lúcia Goulart Faria (faculdade de educação da Unicamp).

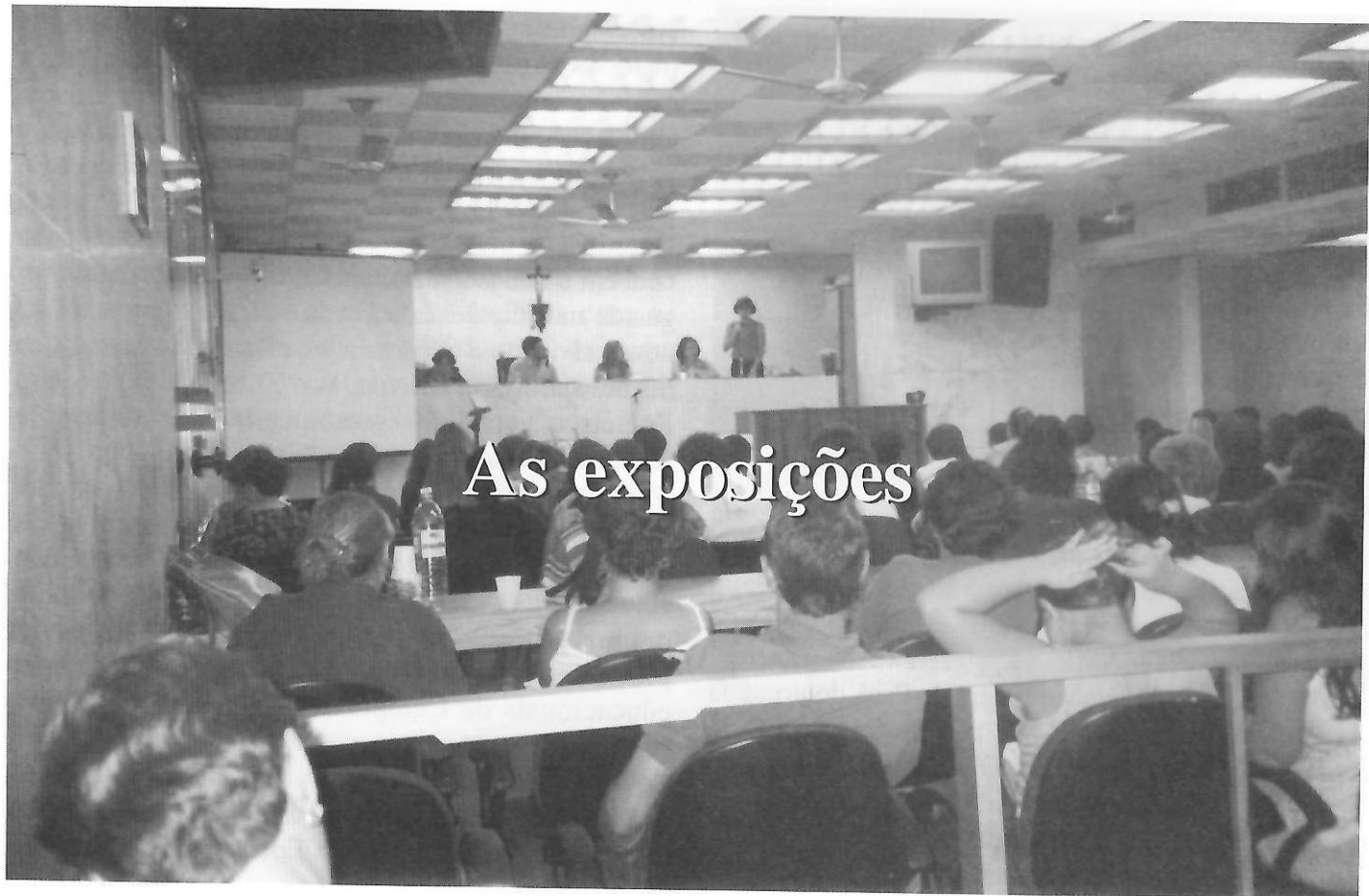
Esta mesa redonda foi um importante momento para discutirmos, com a participação das próprias trabalhadoras, a construção de uma carreira para as monitoras de creche no município de Campinas.

Além do conhecimento acumulado pelas expositoras ao longo de suas carreiras profissionais e acadêmicas, também tivemos a oportunidade de refletir sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas em outros municípios.

O objetivo desta publicação é reunir as exposições, relatos e debates feitos durante a atividade, para que possamos ter em mãos um importante subsídio para elaborarmos coletivamente um projeto que atenda as necessidades e os anseios desta categoria.

Boa leitura.

Paulo Bufalo, abril 2003.



As exposições

Abertura

Paulo Bufalo

Boa noite a todos e a todas. Principalmente a elas, nessa semana em que nós comemoramos o Dia Internacional da Mulher, resolvemos fazer uma atividade voltada à mulher trabalhadora.

Inicialmente, eu gostaria de compor a Mesa com as nossas convidadas, que se dispuseram a vir e fazer uma exposição de algumas experiências.

Eu gostaria de convidar a professora Leila da Silva, Assistente Técnica Pedagógica do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Diadema, a Professora Dra. Ana Lúcia Goulart Faria do Grupo de Educação Infantil e da Faculdade de Educação da UNICAMP, a Professora Ana Tancredi da Universidade Federal de Belém do Pará, doutoranda da Pedagogia da UNICAMP e a Professora Maria Dolores Sanches, que é da Gerência de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Santo André.

Quero agradecer a presença de todos e de todas,

especialmente, àquelas pessoas que vieram aqui e vão trazer as experiências de algumas cidades, e outras experiências relevantes na área da educação infantil. Quero agradecer ainda, as autoridades presentes, temos a presença do vereador, também da Comissão de Educação desta Casa, Sérgio Benassi, vereador pelo PCdoB, a vereadora da Cidade de Vinhedo, Sônia Iodis (PT) que também é Educadora. Anunciar, também, a presença da guarda municipal Maria Estela Forezan, representando nessa atividade a Secretária Municipal de Assuntos de Segurança, Maria Cristina Von Zuben; o senhor José Francisco Ferreira, representando o Secretário de Recursos Humanos, José Luiz Pio Romeira.

Eu gostaria, ainda, de dizer brevemente do caráter dessa mesa redonda. A idéia surgiu porque diversas questões relativas a carreira profissional de vocês estão colocadas na cidade. Entre elas, o debate da redução da jornada e o debate de novas experiências profissionais que vocês tem vivido nas unidades educacionais de Campinas, principalmente com a reorganização em agrupamentos. A questão que envolve as exigências relativas a formação de trabalhadoras em educação até 2006, previstas na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esses temas,

que estão presentes na discussão da carreira nos chamou a atenção, e o setorial do nosso coletivo do mandato viu a necessidade de poder subsidiar esta discussão.

Nós achamos que essa conversa deve ser feita de forma coletiva, a construção de uma carreira ela deve ser também coletiva, e por isso a nossa contribuição, mais do que fazer uma elaboração legal, ou participar junto a Secretaria de qualquer formulação é nesse momento, tentar trazer alguns subsídios com as experiências de outras cidades e de outros locais para que vocês possam participar ativamente dessa construção, isso nós tomamos como princípio.

O nosso desejo não é ficar neste debate. Hoje queremos que vocês possam, sugar o conhecimento desse pessoal que está na Mesa, para que elas forneçam tudo aquilo que tem de conhecimento e experiências, para que possamos desenvolver e construir uma proposta. Mas, em outras atividades que nós vamos organizar, a idéia é que possamos debater diretamente com a Cidade de Campinas.

Sem mais delongas, vamos ouvir a exposição de cada uma delas. Vamos começar por Belém do Pará, depois Diadema, Santo André e finalizar com a professora Ana Lúcia, da Unicamp.



Professora Ana Tancredi

Boa noite a todas. Inicialmente eu queria cumprimentar ao Vereador Paulo Bufalo, pela iniciativa que veio ao encontro de trazer a informação correta. Esclarecer, para que a participação nos debates, nas decisões sejam de qualidade. Eu acho que é muito importante esse debate, porque muitas vezes a gente tem informações que não são as mais corretas, e que isso atrapalha muito. Hoje eu estou dizendo por aí, que eu acho que uma das virtudes revolucionárias é a informação correta, porque a partir da informação correta você pode balizar as suas decisões.

Eu queria cumprimentar as minhas companheiras de Mesa, especialmente na pessoa da professora Ana Lúcia Goulart, que de longas datas dedica parte da sua vida para defender a criança e defender a educação infantil. Eu quero agradecer o convite que me foi feito para esse debate. Também quero, de modo especial, agradecer a presença de cada uma de vocês, porque deixaram de fazer alguma coisa importante, após um dia longo de trabalho para estar aqui. É assim que a gente constrói uma sociedade justa, igualitária que a gente tanto deseja.

Eu balizei a minha exposição no seguinte aspecto: Primeiro eu vou situar o tema, normalmente quando a gente começa a falar, tem que falar um pouco, rapidamente, na Constituição, no Estatuto



da Criança e na LDB. Depois a experiência na carreira de monitora de creche, a transição e o cargo específico de Belém do Pará. Então, esses são os pontos que eu queria colocar.

A Constituição de 1988 reconhece a educação infantil como um direito da criança e do trabalhador urbano e rural, na faixa de zero a seis anos de idade.

Aqui está o primeiro diferencial, não é só um direito da criança, é um direito da criança e do trabalhador urbano e rural, por isso que vai ter implicação direta na carreira o fato de ser também do trabalhador, e o fato de, apesar de inserir na carreira do Magistério ter uma conotação especial a carreira de educação infantil. É fruto da luta principalmente das mães. A sociedade brasileira viu atendida suas reivindicações tendo a criança, como disse a professora Ana Lúcia Goulart: *“Adquire direito de ser educada em creche pré-escola, passando com o tempo a ser respeitada como cidadã, sujeito de direitos”*. Isso com a nossa Constituição.

O Estatuto da Criança muda radicalmente a política para crianças e adolescentes, estes passam a ter proteção integral e são pessoas sujeito de direitos em condição peculiar e prioridade absoluta das

famílias, da sociedade e do Estado.

Em relação à questão do Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma conotação que muitos governos não estão percebendo. Aquele direito público subjetivo, que está garantido na LDB para o ensino fundamental, ele tem o mesmo aspecto no caso da criança. A criança, hoje, ela tem direito a uma vaga na creche e na pré-escola, se por acaso ela não encontrar essa vaga, o Ministério Público obriga o poder público a conceder essa vaga. Este é o caráter, está na nossa Constituição em relação a LDB.

No que concerne a LDB, a educação infantil passa a integrar a educação básica, com a primeira etapa tendo como objetivo o crescimento integral da criança até seis anos de idade, nos aspectos físicos, psicológicos, social e intelectual, podendo ser ofertado creche pré-escola, cuja avaliação é tão somente para registrar o desenho da criança, seu caráter de promoção e livre condição para o acesso, sendo parte integrante do sistema de ensino há exigências legais para o exercício do Magistério.

Essa exigência, é de nível médio, modalidade normal. A partir de 2007, será exigido para a

admissão o curso superior em nível de graduação plena. Aqui eu quero ler um equívoco que está sempre sendo colocado. Normalmente, o que se diz? A partir de 2007 todo mundo tem que ter o nível superior. Não é isso que diz na LDB.

Eu vou ler, textualmente, o que diz nas Disposições Transitórias, artigo 87, § 4º, se alguém tem a LDB pode acompanhar: *“Até o fim da década da educação, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior, ou formados por treinamento de serviço”*

Veja bem, não é objetivo demitir quem entrou por concurso público A pessoa que entrou por concurso público e está efetivo e, não tem habilitação ela fica num quadro suplementar em extinção, mas ela não será demitida. Isso eu acho que é importante dizer porque tranqüiliza. As pessoas estão naquele afã: “Eu preciso fazer porque senão eu vou ser demitida”. Não é verdade. A legislação é muito clara, diz que não serão admitidos.

Como é que está colocada na LDB, a educação infantil? Vejam, a educação escolar hoje tem dois grandes eixos, que são a educação básica e a educação superior. A educação básica tem a

educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Só para lembrar vocês o debate que teve durante a constituinte, o que era que nós, que ajudamos a formatar aquele projeto que o professor Demerval Salviani apresentou, e que o Otávio Anísio entrou na Câmara Federal, nós queremos tanto a educação básica pública gratuita e obrigatória, nós perdemos para o projeto do Senador Darci Ribeiro, que está só o ensino fundamental.

Nós não temos o alicerce da educação infantil, como temos o ensino médio, então nós temos somente essa faixa de 7 a 14 anos. Fica bem colocada a primeira etapa da educação básica.

Hoje a educação formal no Brasil começa aos zero anos de idade, isso faz uma enorme diferença, porque essa faixa etária de zero a seis anos, esse nível de destituição tem especificidade e tem que ser considerado. A educação infantil tem duas grandes modalidades, a creche e a pré-escola. A creche é até três anos de idade, a pré-escola de quatro a seis anos.

A LDB traz essa conotação da educação infantil, como primeira etapa da educação básica e isso, inegavelmente, é uma conquista para nós.

Em relação a carreira do Magistério e as carreiras das monitoras de creche. Eu vou falar no caso específico de Belém do Pará, principalmente as creches antes da Constituição estavam ligadas à Previdência Social, ou às Secretarias de Promoção Social, ou mesmo aos gabinetes das primeiras damas do Município, do Estado e do país.

Porém, a LDB é clara em seu artigo 89, das Disposições Transitórias que diz: *“As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, deverão no prazo de três anos a contar da publicação desta lei integrar-se ao respectivo sistema de ensino”*.

Então, continua essa tradição assistencial das creches, a partir da LDB ela deve integrar o sistema de ensino. Ao integrar o sistema formal de ensino as pré-escolas têm que se submeter às normas legais vigentes, daí teve que se enquadrar na exigência de funcionamento, com adequações de infra-estrutura física como na formação de seus profissionais. A exigência legal para atuar em creche e pré-escola, no exercício do Magistério tem que ter professores e professoras, aqui foi a primeira diferença.

Hoje, para atuar no Magistério da educação

infantil, tanto em creche como em pré-escola tem que ser professor. É isso que diz a lei, e é isso que a gente concorda. Porque precisa uma qualificação específica.

Com isso o poder público defronta com uma situação um tanto inusitada, nem sempre os que atuaram, especialmente nas creches possuem a qualificação exigida por lei. O que fazer?

No caso de Belém, antes mesmo que se cumprisse o prazo estabelecido pela LDB, a Prefeitura de Belém passou para o âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Belém do Pará as creches, retirando-as da Funpapa que é a Fundação João XXIII, que se ocupa principalmente das crianças e adolescentes em situação de rua e de risco.

Mesmo antes do prazo, o Prefeito Edmilson Rodrigues (PT), passa para o âmbito da Secretaria Municipal de Educação. E aí vem o problema das monitoras, porque também lá nós tínhamos as monitoras. O que ele fez? Ele encaminhou um Projeto de Lei à Câmara Municipal de Belém, enquadrando as monitoras que haviam requisitos legais para o exercício de Magistério como professoras na carreira do Magistério.

O referido projeto foi aprovado na Câmara Municipal de Belém, com a presença maciça das monitoras no dia da votação. O projeto deu possibilidades àquelas que fossem conquistando a titulação de, paulatinamente, serem enquadradas.

Um outro aspecto a ressaltar no caso de Belém, é que não há diferença salarial em função do nível de atuação. Ou seja, tanto faz a professora atuar no ensino fundamental ou na educação infantil, a gratificação devida ao Fundef, paga pelo Fundef ao ensino fundamental, ela também é recebida pelos professores da educação infantil, com recursos do Governo Municipal. Isso eu acho que foi uma medida excelente que o Edmilson Rodrigues tomou. O que está acontecendo com o Fundef?

Primeiro, como eu costumo dizer, é uma não ação do governo em relação à educação infantil. Se o Fundef prioriza o ensino fundamental, o aluno hoje no Pará, eu não sei quanto é aqui, mas o aluno hoje no Pará, custava R\$ 418,00 reais, o custo aluno/ano de 1ª a 4ª série, e R\$ 438,00 de 5ª a 8ª. O aluno da educação infantil quanto custa? Zero. Está certo?

Ora, o que estão fazendo as prefeituras em geral? Fechando as salas de educação infantil, da pré-escola

em geral e colocando o aluno já de seis anos para fazer como ensino fundamental.

Isso é uma enorme distorção que está havendo em todo o sistema de ensino. E a outra medida foi essa, porque o Fundef é pago a quem está no exercício do Magistério, no exercício das atividades no ensino fundamental. O que está acontecendo em outros municípios?

Os professores não querem ficar na educação infantil, porque não recebem a gratificação, todo mundo está indo para o ensino fundamental. Com essa medida, foi saneada essa questão porque eles passam a receber com recurso da Prefeitura igualando o nível salarial.

Concluindo. Para que se chegue a um grau de satisfação desejável em termos de legislação específica, no caso da monitoras torna-se necessária a participação ativa das diretamente interessadas que são as monitoras da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e da Câmara Municipal, com uma interlocução permanente com o conjunto das monitoras. Pois, em cada caso há especificidades que somente um estudo cuidadoso permite vir dar uma melhor alternativa.

Aqui, é uma questão jurídica que perpassa, que muitas vezes foge ao nosso controle e, isso tem que ser estudado cuidadosamente, para ver qual é a melhor forma no caso específico de Campinas.

No caso de Belém do Pará, foi essa a alternativa jurídica e que veio ao encontro da expectativa das monitoras.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar é que enquanto a situação não está definida para sempre uma dúvida. Será que haverá demissão ou não? Os governos democráticos e populares têm sempre cuidado de garantir os direitos do funcionário, é isso que eu queria tranquilizar, mesmo agora com a questão da reforma da previdência, está todo mundo correndo para pedir sua aposentadoria. Gente, não precisa isso. Não é um governo democrático e popular que vai contra os interesses dos trabalhadores. Pelo menos essa é a nossa expectativa, da mesma forma que no caso específico das monitoras, eu acho que jamais vai passar de que: “Ah, agora vamos reduzir, vamos demitir, ou vamos não sei o quê”.

Está se procurando encontrar uma saída que venha ao encontro das necessidades das monitoras, da

necessidade da instituição educação infantil, que tem especificidades e, que vocês que estão no cotidiano sabem melhor do que ninguém o que é necessário para trabalhar com essas crianças. São pessoas que já estão qualificadas para exercício dessa atividade, portanto, não teremos como descartar, digamos assim, se for o caso.

A outra questão que eu quero ressaltar, o diálogo tem que ficar estabelecido, porque há interesses tanto das monitoras quanto da própria Secretaria Municipal de Educação. Esse diálogo é permanente com essa possibilidade, que o Vereador Paulo Bufalo está dando, eu acho que é uma possibilidade de continuarmos esse diálogo, até se chegar a um consenso ou uma solução melhor para todos.

Afinal, a nossa luta é por uma sociedade justa e igualitária onde outro mundo é possível.

Muito obrigada.

Professora Leila da Silva Soueid

Boa noite. Agradecendo primeiramente o convite. Representar a cidade onde trabalhamos é sempre orgulho de qualquer profissional da educação.

Sou professora há alguns aninhos, não parece, sempre brinco que a gente tem cara de quinze. Mas tenho uma trajetória na educação infantil, e Diadema é uma cidade polêmica, sempre está nas páginas de jornal, muitas vezes televisivas, muitas vezes nem tão positivas, infelizmente, porque as coisas positivas e maravilhosas feitas não são mostradas pela mídia. É sempre de uma forma a desqualificar a imagem do trabalho executado, assim como Campinas e as outras cidades.

A gente se sente um pouco bairrista quando vai falar do local de onde a gente vem.

Mas agradecendo, primeiramente, ao vereador Paulo Bufalo pelo convite e o reconhecimento do trabalho de Diadema nessa discussão da educação infantil, trabalho que a gente faz com muita luta, garra e dificuldade.

São muitas, inúmeras, aqui a gente vai trocar inclusive os problemas. Se tivesse uma varinha mágica



para contar como resolver os problemas, nós não estaríamos aqui.

Agradecer e parabenizar a todas que estão na Mesa, a professora Ana Lúcia que é quem nos motivou e é a razão da qual estamos nesse momento discutindo a educação infantil com mais intensidade. A partir do momento em que tivemos uma pessoa que se preocupasse fundamentalmente com crianças pequenas, e com essas profissionais que trabalham com essas crianças, já que a gente tem uma bibliografia muito pequena para nos mediar, direcionar nosso trabalho. São pessoas lutadoras que nos ajuda e motiva.

Agradecer a todas vocês, parece quase todas mulheres, mas tem alguns homens. A gente sempre fica feliz quando tem alguns homens. Sabe que isso historicamente tem as razões, se tivesse mais tempo a gente poderia discutir acerca da discussão de gênero, que trata do porquê desse grande contingente feminino estar na educação, mas aqui Perrenô lembra bem e tem uma frase que é espetacular acerca da profissão: *“Uma profissão torna-se menos atrativa e perde o seu status, no momento em que se torna quantitativamente significativo o ingresso das mulheres em seu mercado de trabalho”*.

Este, obviamente, trabalho feminino também tem suas conseqüências no ambiente educacional.

Diadema fica na Grande São Paulo, faz limite com São Paulo e São Bernardo, fica pertinho de Santo André, é um pulinho que nos separa, porém há profundas diferenças, principalmente no quesito financeiro. Porém, no quesito compromisso e qualidade a gente está sempre na luta.

A cidade tem 387.500.000 habitantes. É uma questão que traz Diadema, novamente, a se diferenciar dos outros municípios, nós temos 11 mil habitantes por quilômetro quadrado. É a segunda cidade com maior densidade demográfica do país, só perdemos para São João do Meriti no Rio de Janeiro. Imaginemos como uma cidade tão pequenininha, tendo um número tão grande de pessoas no mesmo espaço, imaginem como fica essa discussão então na educação.

A gente sempre brinca que Diadema é sempre melhor, sempre oferece o melhor, tem procurado o melhor, trabalha na singularidade nesse processo que é de muitos anos, muitas gestões de esquerda. Nós temos desde 1989, todas elas, até esta gestão, todas foram de esquerda, independentemente claro, que uma apenas que não foi do PT. Consequentemente há diferenças,

temos uma concepção de esquerda onde você trabalha muito mais com o campo social. Uma cidade que, por exemplo, tem 13 bairros, temos 11 centros culturais, todos eles com bibliotecas, temos quadras esportivas, pólo esportivo, onde tem piscinas inclusive para a população. Investiu muito no campo social, isso inclusive hoje, está criando um ônus porque realmente para gestões futuras da qualidade de vida da população é importantíssimo. Tivemos no ano de 2002 um orçamento por volta de R\$ 212 milhões, o que pensando nesse contingente de população, de instituições e repartições públicas acaba sendo um ônus pesado para gerenciamento, já que a gente não tem o desejo de que a qualidade seja trocada.

Dentre todos esses dados hoje nós temos 17 creches, atendendo por volta de 2.806 crianças, de zero a seis anos. Temos uma lista de demanda de aproximadamente 15 mil crianças, de zero a seis anos, principalmente de zero a três, de quatro anos um pouco menos, de cinco, seis, a gente praticamente atende seis anos, em algumas regiões a gente consegue atender com tranquilidade, e outras regiões um pouco menos.

É uma grande quantidade de crianças, isto só que estão nas listas de demanda das escolas, porque nós

não temos o senso atualizado para saber quantas crianças mais, além dessas quinze mil, estão realmente fora da escola. As pessoas com as quais trabalham nessas creches, nós temos um quadro de Magistério em que todos os cargos em Diadema, são de professor, desde da direção da escola e inclusive nós que estamos na Coordenação do Trabalho na Secretaria da Educação, todos temos o nome de professor e somos, por excelência, professores.

Por isso que o professor coordenador de unidade escolar é eleito, o ano passado tivemos eleição, e a cada três anos nós temos novas eleições, no ano que vem em 2004 teremos a nova eleição.

A cada três anos professores da rede municipal se candidatam por chapa, fazem dupla ou trio, dependendo do tamanho da escola, número de alunos, as modalidades em nível de ensino que são atendidos, há eleição onde todos funcionários votam e toda a comunidade local também vota.

Nós temos o professor assistente que é o assistente da direção, professor de educação infantil e temos os educadores infantis, que hoje eles estão incorporados ao Estatuto do Magistério.

Esses educadores infantis tiveram uma longa jornada

de discussão, de luta, e há muito ainda a ser conquistado. De início o nome era de auxiliar, estava na promoção social, já que a creche surgiu em Diadema por volta de 1977. Assumimos creches na região sul por conta do clube de mães e mulheres que faziam artesanato, com trabalho voluntariado na linha assistencialista, filantropia, enfim. Por volta de 1979, já no comecinho de 1980, é que o órgão público trouxe para si a exigência, o direito das creches serem subsidiadas pelo órgão público.

A partir daí, nós temos então movimentos que se diferenciam. De 1980 a 1992 as creches ficaram na promoção social e, apenas em 1992 é que elas são incorporadas a educação. A partir daí, havia também a discussão de se nós teríamos *a priori* as monitoras, antes auxiliares de creches, depois ditas e chamadas normalmente nas cidades como monitoras, passam a ser chamadas educadoras, já que estavam sendo incorporadas à educação. Nós temos até os dias atuais, dois profissionais atendendo no mesmo espaço, professores e educadores.

De início, após o ano 2000, de 1992 a 2000, as educadoras infantis da cidade tinham uma jornada de 40 horas semanais, não tinham hora de formação,

tinham a formação em serviço, formação permanente, a partir do momento que sai da promoção social e vem para a educação há uma modificação em todo o empenho e fazer formação em serviço, mas dentro do seu quadro, da sua jornada de trabalho, da sua carga horária, não tinha especificamente horários para trabalhar com uma coletiva, como professora, formação específica, era direto com o aluno. Apenas em 2000, depois de muitas lutas das educadoras infantis, negocia essa questão e, são reduzidas a sua jornada de trabalho para 34 horas semanais.

A gente vê nesse quadro a jornada de trabalho dos educadores infantis, que até hoje é de 34 horas, sendo que 31 horas trabalhadas com alunos, uma hora acumulada para um sábado de reunião mensal, 30 minutos para reunião entre os pais, entre outras educadoras, 30 minutos acumulados com o professor e, uma hora de promoção com o Departamento de Educação, que a gente acumula e faz uma reunião de 04 horas mensais.

Dependendo da unidade escolar, essa composição de 30 minutos para a reunião com os pais ou com o professor, que atuando com a mesma forma, se é quinzenal então, torna-se uma reunião de uma hora,

dependendo da creche ela faz uma junção diferenciada desse horário e, continua o processo de formação permanente.

Desde o início desta gestão a gente tem procurado aprofundar cada vez mais o trabalho de crianças pequenas e, como eu falei inicialmente a professora Ana Lúcia Goulart tem nos ajudado profundamente nessa discussão e, fazendo um trabalho de formação juntamente com a equipe técnica, que tem um trabalho direto, nós somos professora da rede estamos atuando na Secretaria, mas temos um trabalho direto com as escolas.

Cada uma de nós ficou com uma região, temos um trabalho regionalizado, já entendemos que o mesmo cidadão que frequenta a creche ou frequenta a unidade escolar, também é a mesma pessoa que frequenta a UBS (Unidade Básica de Saúde), frequenta o centro cultural. Nós fazemos um trabalho regionalizado na tentativa de incorporar essa interface entre os diferentes departamentos e secretarias, entendendo que a educação sozinha não pode fazer transformações profundas na sociedade se a gente não se juntar com as outras secretarias.

Essa formação permanente, no ano passado teve

uma importância fundamental, porque nós tivemos um trabalho de formação durante o ano, com três professores, inclusive a Patrícia, que está aqui, a gente agradece muito pelo trabalho desempenhado o ano passado, pena que esse ano você não pôde, mas as sementinhas plantadas estão germinando, que bom. A professora Márcia Goda, que não está, a Joseane Bufalo, a gente agradece, muito obrigada, também. A partir dessa discussão com crianças pequenas e educadoras tem nos propiciado discutir lá no âmbito da escola e nos ajudado a articular o nosso Plano de Ação Pedagógica, que a gente chama de PAP, que está sendo construído desde o início da gestão juntamente com todos os profissionais da escola, ou de todos os equipamentos educacionais. Até porque a gente não acredita que é de cima para baixo que se faz educação e, que as pessoas que estão lá no miudinho é que faz educação e, a gente colabora e tem o dever de fazer o processo de políticas públicas voltadas para os direitos.

As crianças, ainda a gente acredita que precisaremos ter um processo longo aí, a gente tem tentado fazer alguns programas de atendimento dessas 15 mil crianças, claro que não são aqueles que a gente gostaria de fazer, mas enfim é o que tem possibilitado, por

exemplo o Programa Creche é Lugar de Criança, onde tem feito parceria com entidades e empresas do município, já que elas já atendem essas crianças de alguma forma, de zero a seis anos. O município estaria pondo uma contrapartida de um financiamento, parte do financiamento, e estaria dando suporte pedagógico, já que há algum trabalho em cada entidade ou empresa, que o município possa, então, através da coordenação desses locais, mais as assistentes técnico-pedagógicas, tentar alinhar essa discussão, e juntamente com toda a formação da rede, elas têm feito também parte desse processo; estamos fazendo uma discussão acerca dos planos escolares, discussão sobre os projeto políticos-pedagógicos, e todos com a mesma luta e força.

Então falando de Belém do Pará, das seiscentas e mil coisas que eu ia dizer. Essa luta e a conquista que vocês tiveram no Pará, a gente ainda tem a possibilidade, teremos com certeza, no segundo semestre uma ampla discussão, já que as educadoras infantis estão incorporadas desde o ano 2000, no Estatuto do Magistério. Porém não há meio legal, infelizmente, porque ali para o movimento de cargo dos educadores era exigido o ensino fundamental.

Este ano a gente iniciou um trabalho junto a

Fundação Santo André, uma universidade reconhecida pelo seu desempenho e trabalho, com formação com professores e educadores. Nós temos 174 educadores infantis, 50 deles já tem a formação universitária em pedagogia, 48 são graduados em outras áreas, 71 tem o ensino médio, regular ou Magistério.

Nós tínhamos apenas cinco, no ensino fundamental, mas todos já estão no processo de formação, então, juntamente com essa parceria, estamos numa ampla discussão juntamente com a fundação Santo André, baseada no Conselho Estadual de Educação, que não previu a entrada de profissionais que não tivesse o Magistério.

Até porque foi uma conquista do Conselho Estadual de Educação, pensada para o Estado e o Estado tem o ensino fundamental, não tendo pensado acerca dessa questão dos educadores, não previram uma formação para esses profissionais.

A gente está tendo uma luta forte junto à Fundação para que eles, também, aceitem e tenham um trabalho de formação. A gente vai ver no segundo semestre, como fica essa discussão junto ao Estatuto do Magistério, para que possamos legalizar essa questão dos educadores no quadro do Magistério da cidade..

Professora Maria Dolores A. Sanches

Primeiro eu queria agradecer o Vereador Paulo Bufalo e a Jéssica. Eu me sinto honrada de estar nessa Casa Legislativa, poder contribuir nessa homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que para nós é muito significativo. E falar um pouquinho com vocês sobre esse processo dos educadores da infância, e em especial os monitores.

Santo André tem distribuído na cidade 19 creches, hoje, e 43 EMEIF's que atendem a educação infantil e ensino fundamental. A gente tem uma base de hoje quase 3.200 alunos nas creches e, na educação infantil nas EMEIF's 11.300 crianças.

O que eu pensei em falar um pouquinho com vocês, é do histórico de Santo André, como se constituiu esse educador e a gente fez isso. Eu estava até comentando com a Ana, que olhando o histórico agora, a gente vê que fizemos esses deveres na prática. Fomos aprendendo essas mudanças na prática, junto com as crianças, junto com o grupo de educadores. Não tivemos muito tempo para pensar. A questão



concomitante na nossa profissão é muito forte.

Eu começo dizendo para vocês que em 1989, a gente tinha no município três creches, que eram então da Prosam, que era em Santo André, a gente chama de Promoção Social de Santo André, e tinha aquele caráter assistencial que já conversamos um nas outras falas.

Naquele tempo atendíamos 150 crianças, os profissionais que trabalhavam nas creches não eram habilitados, havia uma indefinição de papéis, todo mundo fazia tudo, tinha o educador, que era o mesmo da limpeza, que era o mesmo que trabalhava na cozinha, que era uma condição que as pessoas se dividiam nos trabalhos.

Os espaços eram inadequados para a atividade com as crianças, havia falta de material, de equipamentos e de profissionais. O período de atendimento das crianças era de 10 horas/dia, as crianças poderiam ficar até 10 horas. A jornada de trabalho dos monitores era de 40 horas, oito horas com criança/dia. Em 1992, temos o divisor de águas, em relação às creches virem para a educação, tínhamos no município então, oito creches, totalizando 657 crianças. A admissão passou a ser feita por concurso público e se exige o segundo grau dessas pessoas. Tem uma organização da equipe, então se

constitui uma equipe com papéis definidos, tem os educadores, tem o pessoal da limpeza, tem cozinha, a gente vai requalificando os espaços onde essas crianças estão ficando. O período de atendimento dessas crianças sobe para 12 horas de atendimento, a jornada desse profissional passa a ser de 33 horas, seis horas com crianças, duas horas de atividade semanal de formação, e uma hora acumulada para um sábado de quatro horas.

Também trabalhamos com uma questão de formação inicial, e em serviço para os profissionais. E aí eu dou um salto no tempo, porque ficamos numa administração durante quatro anos e a gente teve uma quebra de governo, veio um outro partido, e a gente retoma em 1997. A gente tinha 12 creches no município e atendíamos 1.231 crianças, aí tínhamos uma assessoria específica para fazer um trabalho com os educadores de creche, que é uma pessoa da PUC do Rio de Janeiro, que veio fazer formações que passavam por palestras e discussão nos espaços dentro das creches. Ela ia também para as creches e fazia discussão junto aos profissionais. Foi nessa época que nós discutimos se a criança dorme ou não dorme, se ela tem que dormir sem querer, foi nessa época que a gente discutiu se os espaços eram adequados. Se os materiais

estavam à disposição, foi nessa época que a gente começou a conversar e falar, sobre se fazer diferente da creche, que tem uma condição de educar e cuidar, mas tínhamos muita dificuldade de encontrar que caminho era este.

Em 1998, herdamos da administração passada nove creches. Essas nove creches foram inauguradas, foram feitas as matrículas, mas só faltou dois detalhes: profissional e material.

As matrículas estavam feitas, no primeiro dia de aula as crianças apareceram para poder ficar na creche e a gente não tinha como acomodá-las. A gente teve que fazer uma conversa com os pais, naquele ano que foi de 1997 para 1998, a gente não atendeu, em 1998 a gente fez uma parceria com a Federação das Creches Assistenciais de Santo André, que se chama FEASA, a partir daí a gente conseguiu reabrir 07 espaços novos. Das nove creches, duas nós só fizemos transferência de prédio, e a gente abriu mais sete creches novas. E aí a gente começou a atender de 2.703 crianças.

Em 1999 a gente ainda tinha uma discussão a respeito do atendimento. Como Diadema, temos uma lista de espera também assusta. Nós tivemos em 1999, uma liminar junto ao Ministério Público, para o

atendimento de 7 mil crianças de lista de espera, e aí a gente não tinha condições. Teríamos que ter mais quatro creches para poder atender essa quantidade de crianças. A gente fez uma parceria, na verdade, fizemos um contrato com o pessoal do Ministério Público nos propomos a atender mil crianças/ano.

Uma das ações que a gente fez foi essa parceria com a FEASA, ampliando também o atendimento nas creches assistenciais. Nessa época também, a gente começou o namoro com a Ana Lúcia, a gente começou efetivamente a vir a Campinas para poder discutir e poder ter mais elementos das modificações que a gente estava pleiteando nos nossos espaços, conversar a questão dos ciclos, de como se organizam essas crianças, como a gente faz a questão das misturas das faixas etárias. A gente começou a conversar com a Ana Lúcia, a respeito de todas essas questões e fomos levando para a rede.

Hoje, a gente tem uma rede de 19 creches, atendendo 3.200 crianças. A gente faz um trabalho de organização em ciclos, que a gente também está aprendendo a fazer, ainda temos dificuldades em realizá-lo, em fazer um atendimento adequado às crianças. O que eu faço com a criança de cinco meses e aquela criança de um ano

no mesmo espaço, as dificuldades são postas, a gente está tentando caminhos e buscando discussão.

Hoje temos uma equipe de assessoria, que se chama Aprender a Ser, uma equipe que é dirigida pela Emília Cipriano, que faz uma formação para rede de educação infantil, aí sem limites creche, creche e EMEIF. A educação de zero a seis, a gente também já está incluindo a educação de zero a dois, na questão da infância. A gente começou com palestras, a gente teve as pessoas da equipe que foram as unidades para caracterizar, para conhecer os profissionais nos espaços, a gente constituiu grupos de trabalho, para as meninas estarem fazendo uma formação e refletindo sobre sua prática.

A gente está hoje, numa situação que é atípica, porque eu vou lembrar para vocês, lembram aquela banca de 1992? Quando eu disse que as creches vieram para a educação? A partir desse momento as educadoras que atuavam nas creches, sempre tiveram uma vontade da questão de entrarem para o Estatuto do Magistério. Porque até então, elas não estavam no Estatuto, a gente fez o Estatuto também na segunda gestão, elas não estavam compreendidas no Estatuto, existia toda uma luta que vinha sendo feita, que hoje a gente brinca que

tem 12 anos essa luta, das educadoras poderem ingressar e poderem estar presentes no Estatuto do Magistério.

Na gestão passada nós tínhamos essa dificuldade, da questão das liminares e do atendimento das crianças, a gente não conseguiu fazer nenhuma ação que fosse no sentido. Nós fomos pegos também de surpresa em relação a Fundef, então a gente teve problemas em relação a reorganização da rede, que dinheiro é esse que efetivamente não existia mais nos cofres públicos, a gente teve uma diminuição. E claro, que a educação infantil nessa condição ficou mais prejudicada ainda.

Lembrando o que a Leila falou do Fundef, em relação aos municípios, nós não tínhamos ensino fundamental. Quando a gente assumiu ensino fundamental, criamos uma rede própria, a gente não municipalizou, a gente não foi para a rede do Estado, por isso que hoje a gente tem EMEIF, com educação infantil e ensino fundamental.

O primeiro ano a gente teve 4 mil crianças no ensino fundamental, só que não veio nenhum dinheiro de volta, porque o dinheiro é cumulativo, a partir do momento que você tenha a matrícula das crianças, como nós não tínhamos a matrícula, então o dinheiro só foi, não voltou

la. O ano de 1998, foi um ano que tentamos superar e se encontrar enquanto espaço, para ensino fundamental e para a educação infantil.

Nessa época, quando as educadoras fizeram os pedidos a respeito desta ação, a gente não conseguiu vendê-las no que era vontade delas. O Celso Daniel então prefeito, deu continuidade, a gente mudou secretária e hoje está à frente da secretaria é a Creusa Pulo, que fez uma nova conversa com os educadores hoje a gente está num processo que é de extinção dos cargos de monitores, esses monitores estarão tornando professores.

A gente vai extinguir os cargos e eles vão passar a ser professores, atuando dentro dos espaços das creches, na condição do educador, na condição do profissional que trabalha com a creche, ele vai estar na cidade, a questão da carga horária dele, de 33 horas vai passar para 24 horas. Então serão 4 horas com aula e 4 horas de hora-atividade, duas feitas na escola e duas feitas em casa. Na verdade, ele vai entrar na mesma instância, do que hoje é o professor que atua na rede de EMEIF, um professor de educação infantil e ensino fundamental.

É uma luta desses profissionais dos educadores de

Santo André, que tem 12 anos de marcha, que tentaram na questão de como a gente poderia estabelecer uma ação, que fosse favorável a secretaria, porque a gente sabe da qualificação dos professores. Sabe da busca da qualificação, tanto na reflexão da sua prática, quanto da luta enquanto escolarização. Então, esse professor foi à luta então, hoje a gente tem uma rede que efetivamente tem um quadro de profissionais na questão do Magistério, hoje a gente tem 130 monitores, a gente tem quase que a totalidade dos monitores com Magistério.

Hoje na rede a gente tem 20 monitores que não tem o Magistério, ou tem uma licenciatura que não é afim, que esta discussão que a gente está tendo aqui, que a Leila disse que é o curso de graduação em Pedagogia, que a Fundação está fazendo, e que a gente vai bancar uma matrícula condicional desses educadores, eles vão poder na verdade fazer a faculdade e, concomitantemente, a isso a gente vai fazer a discussão junto ao Conselho Estadual de Educação, para que eles possam, efetivamente, cursarem essa graduação e poderem na verdade se transformar, ao longo desse processo dos dois anos que é o tempo de formação, em professores também. Para essa organização da rede

a gente está chamando professores do concurso, para também ingressarem nas creches, a gente vai ampliar o número de atendimento de pessoas na creche, para poder atender melhor as crianças. Hoje a gente tem uma organização entre monitores, e a gente tem um profissional que é o auxiliar de creche, que é essa pessoa que veio da parceria da FEASA, em aumentar o número de pessoas para gente poder trabalhar. A gente vai nessa lógica da organização dos dois momentos.

O que eu queria deixar para vocês é um processo que para nós em Santo André, também não está sendo fácil. Nós saímos a semana passada de uma discussão com 130 monitores, num auditório muito parecido com esse, da dificuldade desse processo, o quanto às pessoas tem dificuldade de soltar essas amarras, e partir para uma coisa diferenciada.

O que eu queria dizer para vocês é que hoje o professor que a gente está imprimindo, está tentando na verdade conhecer na creche, plagiando a Ana é um professor que a gente está inventando essa profissão, a gente não quer que na verdade ele seja aquele professor do ensino fundamental com a escolarização, a gente não gostaria que ele fosse aquele profissional que tentasse imitar a mãe nas questões de trato com a

criança, mas efetivamente é esse profissional que a gente está tentando formatar nesses processos que a gente está vivendo, que é de luta e discussão.

E, terminando eu só queria deixar para vocês uma letra de uma música do Gonzaga Júnior, quem cantava era a Elis Regina, que diz da saudade do Brasil, que chama Mundo Novo, Vida Nova. *“Buscar um mundo novo, vida nova e ver se dessa vez faço um final feliz, deixar de lado aquelas velhas histórias, o verso usado, o canto antigo, vou dizer adeus. Vou ver de tudo e de todos pela lembrança, deixar de só ser esperança, e por minhas mãos, lutando, me superar.*

Vou traçar no tempo meu próprio caminho e assim abrir meu tempo ao vento, me libertar, de ser somente aquilo que se espera, em forma, jeito, luz e cor, e vou, vou pegar um mundo novo, vida nova. Vou pegar um mundo novo, vida nova”.

O que quero deixar para vocês é que vocês consigam trilhar caminhos diferentes, o que eu acho que a experiência de cada uma de nós colocamos aqui é só um pedacinho, porque ninguém vive por ninguém, na verdade cada um de vocês vai ter que trilha e tentar buscar que diferença é esta que a gente faz. Muito obrigada.

Professora Ana Lúcia Goulart Faria

Gostaria de agradecer o convite para estar aqui, ouvindo a experiência das cidades que vêm construindo mesmo esta profissão de professor de educação infantil, que congrega esta experiência muito grande das professoras de pré, de crianças de quatro a seis anos, que nós no Brasil já temos uma tradição. Desde o final do século XIX tem pré-escola no Brasil, e a gente vem então acumulando uma experiência muito grande. Antes dos anos 70 esta experiência era, como colocou a Dolores, era a experiência de uma professora que não dava aula, que não antecipava a escolarização do ensino fundamental, mas infelizmente a partir dos anos 70, a professora de pré com tradição do magistério e uma formação que até esta época era muito voltada a brincar com os teóricos, como o Flebeur, Montessori, autores que propunham a educação da criança com uma pedagogia não escolarizante, a partir dos anos 70 o Brasil todo mergulha numa antecipação do ensino fundamental na escola, na educação pré-escolar. E não é à toa que ela tem inclusive este nome. Então, essa novidade da educação infantil que está na LDB de 1996,



que é um direito das crianças de zero a seis anos desde 1988, com a Constituição nova, depois da Ditadura Militar, ela tem esta história, uma história que não era de escolarização, de uma história de escolarização que vai formar então esta educação infantil junto com esta profissão que está sendo inventada com esta tradição.

No entanto, a profissional de creche, a professora de creche, ela vem de uma outra tradição, ela não vem de uma pedagogia não escolar, ela vem de uma prática com algumas características de pedagogia, que hoje temos estudado e temos visto quanta coisa vem sendo acumulado também, mas sem uma intencionalidade pedagógica. Então, as creches começaram com uma influência muito forte hospitalar, muito forte de copiar a casa, mas que de qualquer forma tinha uma grande característica que felizmente permanece até hoje, que foi de não copiar a escola. Então, a profissão de professor de educação infantil, que é o professor de crianças de zero a seis anos, uma coisa que está sendo construída para poder pensar juntos. Com uma tradição de um tipo no de quatro a seis e de outro tipo de zero a seis. Esta transparência que vocês estão vendo é a proposta brasileira escrita em 1995, no Governo do Itamar, antes do nosso finado, querido, sumido

Fernando Henrique Cardoso, que pelo menos adiantou, no Governo do Itamar foi criada a coordenaria da educação infantil no Ministério da Educação, com a Ângela Barreto, e que nós pudemos construir uma série de documentos, vocês devem conhecer os documentos das carinhas, e este é o documento azul das carinhas, que tem um vídeo e que define o direito das crianças de zero a seis anos a tempo integral.

O termo “creche” foi usado mais para dizer que é o tempo integral, seja ele no quatro a seis, nas pré-escolas, seja ele na creche de zero a três. E aí que é a minha pergunta, de uma tradição que temos, não escolar, nem na creche, nem na pré-escola, nós estamos construindo uma profissão que precisaríamos resgatar esta origem. Isso que tem em comum dos dois pedaços que estamos juntando a partir de 1996. Como disse a Ana Tancredi, a partir de 1996 que a LDB vai dizer que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. O direito das crianças de zero a seis anos, da creche à pré-escola, ele não é um direito no vazio, ele é um direito das crianças de zero a seis anos à creche e pré-escola, podendo ter tudo isso, e aí a minha pergunta? Quais cursos estão formando, seja professor, seja monitor, seja recreacionista, seja o nome que for. Quem está

formando para fazer isso? Os cursos do magistério formam para antecipar o ensino fundamental. Os cursos de pedagogia, na maioria, também. Felizmente hoje vem mudando, eu sou orgulhosa da minha faculdade, uma faculdade de educação da Unicamp que criou este curso de formação universitária dos professores de zero a dez, creche, pré e primeira à quarta, curso de pedagogia para as 19 prefeituras da Região Metropolitana de Campinas, e que também forma este profissional, este pedagogo, este professor que não vai dar aula, no caso dos zero a seis, que não vai dar aula e que não vai ter aluno. É este que é o professor, não é o professor, como dizia o Maurício, o professor é definido com lousa, giz, cadeira, mesa e cuspe. O professor de educação infantil, de zero a seis anos, ele não tem nada dessas cinco coisas, ele organiza o tempo e o espaço para as crianças produzirem a cultura infantil. Esta é a pedagogia, e infelizmente os novos cursos de magistério, os nossos cursos universitários não são todos eles que estão fazendo esta formação. Então, esta luta toda, na minha opinião, ela culmina numa luta pelo direito das crianças de zero a seis anos a terem professores de nível médio e de nível universitário para não dar aula e para não ter aluno, para resgatar a nossa

história de uma educação em creche e pré, uma educação infantil hoje que forme o profissional que dê conta desse recado. A creche, à pré-escola não deve ser nem casa, nem escola e nem hospital, e ela tem uma outra característica, como ela não é obrigatória enquanto primeira etapa da educação básica, ela precisa ser entendida como educação formal que precisa de um profissional formado, uma profissão super difícil. Profissão tão difícil quanto ser médico, ser assistente social, quanto ser engenheiro. Como é ser professor de zero a seis? Como é trocar fraldas contando história? Como é integrar o educar e o cuidar? Conclusão, quem tem prática sabe mais do que quem fez o magistério só para seis anos e sabe mais que quem fez a universidade só para dar aula.

E este é o conjunto que nós precisamos, é esta luta que as prefeituras estão, inclusive, trocando de nome, estão valorizando. Vocês viram no caso de Diadema, uma cidade que tem os recursos financeiros bastante prejudicados, como renda, como uma cidade que foi abandonada por muito tempo, foi o PT que foi fazendo a cidade se construir, o nível elevado da formação escolar das educadoras. Então, este é o desafio, quais os cursos que de fato vão formar este pedagogo, este

professor de zero a seis, e em continuidade com a formação da primeira à quarta. E a gente poder pensar numa educação de infância de zero a seis anos.

Esta especificidade, o fato de não ser obrigatória a educação infantil é uma opção da família, isso faz um elemento novo na formação do professor de zero a seis.

A creche é constituída de três atores, pais professores e crianças. Os professores e as crianças são os protagonistas, mas os pais são atores também.

Então, a formação tem que dar conta de um trabalho complementar à família. Que é diferente do papel da assistente social que trabalha com família ou da médica, ou da psicóloga, ou da enfermeira, que são outras profissões que trabalham também com criança e com família. Nós somos professores da esfera pública, não da esfera privada, isso aqui não é um curso nem de noivos e nem de mães. Nós estamos conversando com profissionais que atuam com criança na esfera pública, fora da família, então isso daí também é uma característica muito importante. A creche é uma instituição que não é só das crianças, também é um direito dos pais trabalhadores, do pai e da mãe como já colocou a Ana Tancredi.

Eu queria somente fazer essa fala, falei para o Paulo que seria a minha contribuição de fazer uma recordação desses pontos, porque eu acho que vocês já sabem, que é a construção dessa nova profissão com essas características, enquanto primeira etapa e com direito a formação universitária. As universidades têm que mudar, algumas estão mudando, algumas já tem especialização, a USP mesmo está fazendo especialização com o pessoal de Santo André. Nós na UNICAMP criamos esse curso de formação de pedagogos de zero a dez anos, aí teria o desenho para vocês. Eu estive agora, a semana passada, num congresso em Roma na Itália, porque como vocês estão vendo pelos jornais o presidente deles é um horror, o (Silvio) Berlusconi, eles estão apavorados com o Berlusconi, é um cara que é a favor da guerra está apoiando o Bush. Eles fizeram esse encontro porque ele está andando para trás também com os direitos de creche. O norte da Itália é a rede pública mais importante de creches do mundo, e ele está conseguindo, ele quer privatizar as creches, ele privatiza, ele é uma pessoa de extrema direita, ele já fez algumas leis, já andando para trás, foi feito esse encontro com os italianos, e eu fui convidada vocês

não sabem o porquê, a Leila falou do orgulho da gente falar daonde a gente é.

Eu fui convidada para gente falar da nossa alegria da vitória do nosso presidente, porque a Suzana Mantovani da Itália, esteve no Fórum Mundial em Porto Alegre, ela voltou entusiasmadíssima com a nossa alegria, e com a nossa vontade de fazer as coisas. E aí, propôs que convidasse um brasileiro, e eu fui convidada e eu queria dizer isso para vocês. O orgulho que é da gente falar, eu terminei a minha fala dizendo assim: “Pelo menos de presidente a gente está bem melhor”. Aí eu disse o seguinte: “Parece que o presidente de vocês prefere brincar de guerra do que deixar as crianças brincarem em paz”.

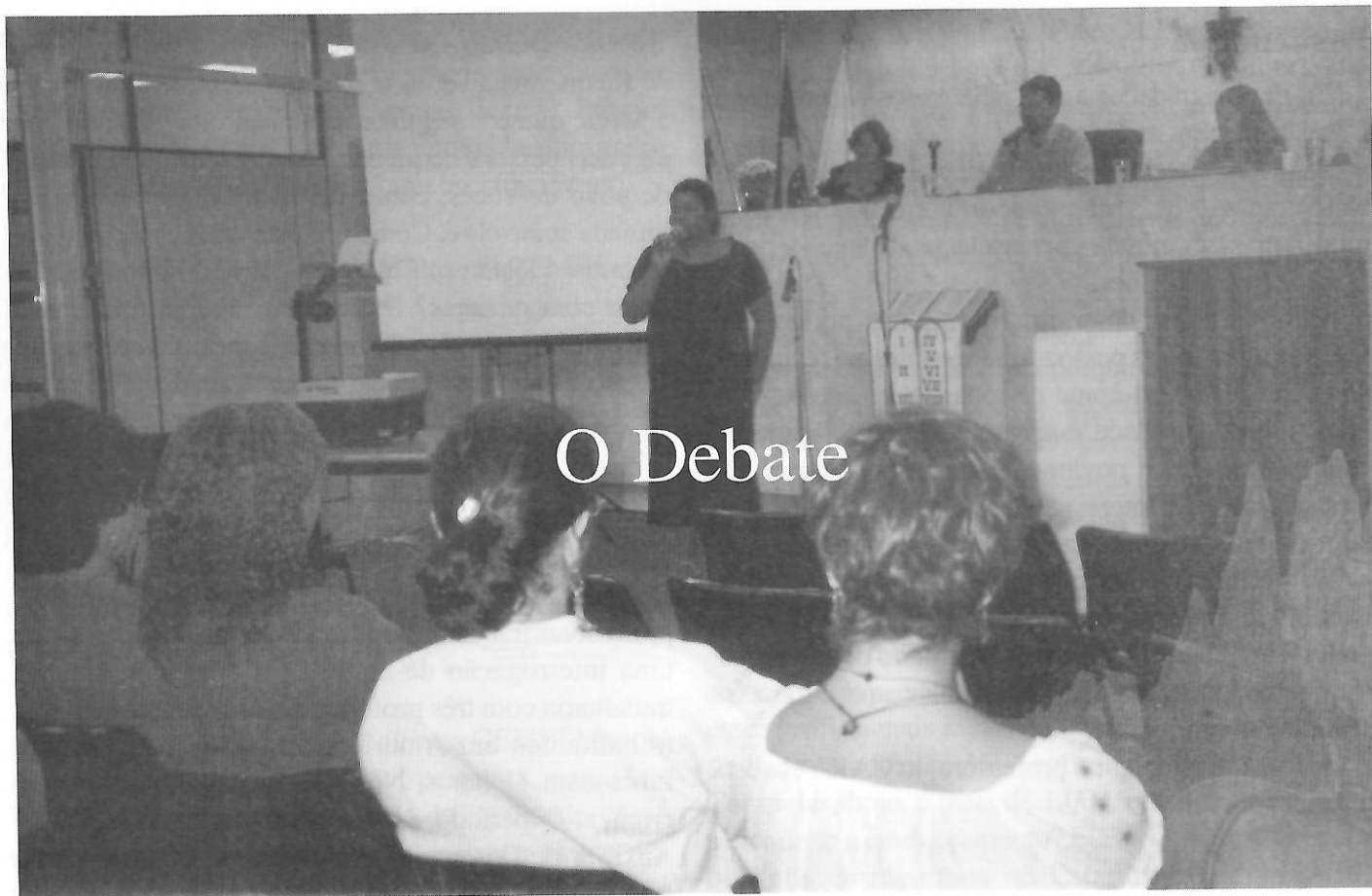
Eu li a poesia do Borges. Então pessoal, eu queria colocar essa poesia, talvez vocês conheçam do poeta argentino Borges, só que eu não tenho ela aqui eu vou precisar. Eu acho que homenageia tanto nós mulheres, nós profissionais da educação de criança pequena, como as crianças. Eu vou ler para vocês:

“Instantes - Se eu pudesse viver novamente a minha vida, na próxima trataria de cometer mais erros. Não tentaria ser tão perfeito, relaxaria mais,

seria mais tolo, ainda mais do que tenho sido. Na verdade, bem poucas coisas levaria a sério, seria menos higiênico, correria mais riscos, viajaria mais, contemplaria mais entardeceres, subiria mais montanhas, nadaria mais rios, iria mais a lugares onde nunca fui. Tomaria mais sorvetes e menos lentilha, teria mais problemas reais e menos problemas imaginários. Eu fui uma dessas pessoas que viviam sensata e produtivamente cada minuto da sua vida. Claro, que tive momentos de alegria, mas se pudesse voltar a viver, trataria de ter somente bons momentos. Porque se não sabem, disso é feito a vida, só de momentos, não percas o agora. Eu era um desses que nunca ia à parte alguma sem um termômetro, uma bolsa de água quente, um guarda-chuva e um pára-quedas. Se voltasse a viver viajaria mais leve. Se eu pudesse voltar a viver, começaria a andar descalço no começo da primavera, e continuaria até o fim do outono.

Daria mais voltas na minha rua, contemplaria mais amanheceres e brincaria com mais crianças. Se tivesse outra vez uma vida pela frente. Mas, já viram, tenho 85 anos e sei que estou morrendo”.

Então, é isso moçada.



O Debate

Paulo Bufalo

Eu devo agradecer agora pela exposição referente à Mesa, existem as áreas aqui.

Antes de passar a palavra eu vou propor tempo, claro que se vocês não concordarem nós podemos mudar, mas três minutos para cada pessoa que vier aqui fazer as suas questões.

Vamos utilizar desse microfone, nós podemos ir fazendo uma fila, as pessoas que vierem aqui, evidente, nós não sabemos o nome de todas, aí se apresentam, fala o nome, a unidade, e apresenta o questionamento.

Eu vou lembrar, novamente, nós estamos trazendo três pessoas de longe, a Ana Lucia, contribuindo também tem uma agenda um pouquinho apertada.

Eu gostaria que se nós pudéssemos daqui tirar o máximo de informações delas para que depois, vocês pudessem trabalhar e discutir seria muito positivo isso.

Vamos aproveitar a presença delas aqui e dar esse sentido a nossa mesa.

A Joseane está aqui é professora do CAIC, ela está inscrita para falar.

Joseane Bufalo - professora

Eu queria na verdade só reforçar, uma questão para a Mesa, que é a seguinte. Eu andei conversando com algumas pessoas no plenário, as pessoas querem ouvir de novo de vocês, como são distribuídas as horas, a jornada como ela é. Como nós estamos nessa discussão bastante quente em Campinas, são 30 horas? São 30 horas com crianças? Duas? Não sei com o que, essa coisa ficou um pouco diluída no decorrer da discussão, então seria importante dar uma reforçada.

Neide - professora

Boa noite, o meu nome é Neide, eu sou da Creche Municipal Virtude, Americana, e pegando o gancho do horário, da carga horária, eu queria perguntar para Dolores. Ela falou da mudança das monitoras, futuras professoras trabalharem quatro horas nas creches. Ficou uma interrogação de como ficaria a carga horária, trabalharia com três professoras para cada turma? Nós trabalhamos em Americana 11 horas, as creches funcionam 11 horas. Nós trabalhamos 06 horas com criança. O período da manhã com uma ADI, que é Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e o período da

tarde com uma outra ADI. Como trabalharia com profissionais alternativos, professores de educação artística, de educação física, como ficaria? Porque trabalhar com três profissionais, a gente acha que ficaria meio complicado. Eu queria só um esclarecimento.

Maria - monitora

Meu nome é Maria, eu trabalho no CEMEI's da Valente Belochio, na região Sul, Swift, eu gostaria de pedir um esclarecimento para a Ana Tancredi, a respeito de como se deu o processo de colocar os monitores, no enquadramento, no Estatuto do Magistério. Porque nós sabemos que no Segundo Congresso que nós tivemos aqui em Campinas, foi uma polêmica, uma guerra, os professores não queriam e foi uma coisa muito difícil. Então, a gente gostaria de saber como se deu esse processo. Se houve muitas discussões para se chegar a um consenso.

Elisabeth - monitora

Meu nome é Elisabeth, trabalho na CEMEI Manoel Alves da Silva. Eu tenho uma pergunta, para Ana Tancredi também, sobre a questão da legalidade, como é que ficou, se foi considerado legal o ingresso dos monitores no Magistério. A outra é para o Paulo, eu

sou representante dos Planos de Cargos e Carreira, o que nos foi passado é que não teria como monitor estar ingressando, não teria nenhum lugar onde o monitor estivesse inserido no Magistério.

Então, nós estamos assim numa discussão já avançada no Planos e Cargos, e os monitores, a proposta de carreira está longe do Magistério. Eu gostaria de saber porque só agora, nos foi passado a possibilidade de que há como, pelo que eu entendi há como o monitor ser inserido, porque não antes, só agora que nós já estamos com a discussão avançada. Até porque existem muitos monitores que tinham interesse, sim, em estar. Nós entendemos na época, fomos informados que não tinha condição, porque só agora nós obtivemos essa informação.

Jussara - monitora

A minha talvez não é nenhuma pergunta, é uma colocação que eu vou fazer, no caso você disse que esses profissionais já fariam quatro horas. A realidade de Santo André são 130 profissionais, a realidade de Campinas, hoje, é mais de 1.000, então, o orçamento, a cidade tem esse orçamento? Ela teria orçamento, para que nós entrássemos no Estatuto do Magistério,

seríamos professores com esta carga horária, e aí seria mais do dobro desses profissionais. E o orçamento? É uma realidade diferente.

Então, pensar numa questão de 130 é uma coisa, mas mais de 1.000 profissionais, é outra realidade, foi o que a Bety pôs, durante tempos, queria entrar no Estatuto, eu estive não nesse último congresso, no outro, eu fui uma que defendi no Segundo Congresso a monitoria está no Estatuto do Magistério? Foi dito para nós que seria ilegal, é docente, o Estatuto do Magistério diz é docente, monitoria não é docente.

A professora da UNICAMP já deu até uma cogitação que eu ponho, esses profissionais, as escolas de pedagogia estão formando os professores, os docentes para a educação infantil, para que o pedagógico seja no banho, você já me respondeu que já está fazendo. A minha pergunta é para esses profissionais que está sendo feita uma reciclagem com esses profissionais da Prefeitura de Campinas, que o trabalho docente de um professor de G1, que é agrupamento 1, é na hora do banho, também? Porque o que estamos vendo é algumas realidades, que aqui é CEMEI's, alguns CEMEI's, é outra. A nossa realidade é outra de docentes, eles acham que é pedagógico é

papel e lápis.

Eu sei que os novos profissionais já estão sendo preparados. A minha pergunta é: e os que estão na rede? Vai haver um trabalho para esses profissionais que estão na rede? Para esses docentes da rede? Que o pedagógico não é só papel e lápis?

Marilda - monitora

Meu nome é Marilda, eu sou do CEMEI São Francisco de Assis, eu queria saber da Leila, a formação permanente dos monitores. Como essa formação permanente dos monitores acontece em Diadema? O que é estudado? É uma aula? Eu queria saber como se dá isso na prática.

Paulo Bufalo

Antes de passar a Mesa, foram duas questões, da Bety e da Jussara, fizeram a questão direta a mim, eu quero dizer o seguinte.

Primeiro que essa é uma atividade promovida pelo mandato. Eu estou cumprindo o papel legislativo, além de ser um formulador de lei, um fiscalizador, de ajudar na organização do povo. Vocês formam uma categoria, então essa é uma atividade do mandato. Eu não posso

responder por conta de eventuais debates ou discussões, que deveriam ser feitas com vocês e que poderiam ter acontecido. Mas eu não quero com isso tirar a minha responsabilidade, de como legislador, dizer para vocês o seguinte:

O plano de cargos de fato não está sendo debatido, mas ele passará por essa Casa. Ele pode ser debatido, ele vai ser construído, e aí ele vai ter que ser aprovado por essa Casa. Então esse plano de cargo será objeto de audiência pública, de sugestões, de modificações, porque esse é o nosso papel. Eu espero estar subsidiando essa discussão, especificamente na carreira de vocês, estar subsidiando com a categoria de vocês, estar colaborando com a categoria que vocês compõem. Nesse sentido, nós organizamos e vamos organizar outras discussões.

Terceiro aspecto, é que a carreira por mais que a gente hoje, aqui, vamos supor, que hoje a partir dessas experiências nós trouxéssemos um ideal para a carreira de vocês e que tivesse uma proposta ideal colocada, também, para o Executivo Municipal, para a Câmara Municipal que nós aprovássemos. Não dá para a gente acreditar que a construção da carreira de vocês, acaba com a aprovação de uma lei que estabeleça essa carreira.

Eu acho que uma das questões que ficaram, que toda essa Mesa trouxe, é que a carreira de vocês é um processo de construção contínua. Então é um processo de conquista, de formação, de definição, de formação essa de novos trabalhos com a criança, por isso eu acho que não é tarde, para que a gente comece a dar alguns passos para um grau de organização.

Aproveitando esse debate e levando isso em frente, não deixando para lá. Eu teria essa mesma consideração para a Jussara.

A LDB exige um empenho do Estado, do Estado enquanto instituição, no caso aqui o Executivo Municipal, de ter um processo de formação contínua, porque ele diz ali, ou é formação teórica ou é formação continuada no espaço. Então, por isso é necessário, acho, que destacar uma questão aqui, quando nós começamos eu disse que tínhamos algumas discussões sendo colocadas, e que nós poderíamos criar outras. Eu quero aproveitar, inclusive, para a Mesa, e agora com esta colocação, tanto responder a você quanto fazer um questionamento para a Mesa. Quer dizer, nós destacamos duas questões centrais aqui: Carga horária e a formação. Formação, tanto a necessidade da formação continuada, da formação ali delas naquele

espaço, como a própria carreira para que elas ingressem numa carreira, e elas terem uma formação. Além disso, que outros aspectos nós poderíamos dizer para as nossas companheiras que são relevantes a ser considerado já de bate-pronto? Além de estabelecer carga horária e que tipo de formação elas vão ter, o que mais é relevante para que elas pensem agora nesta primeira discussão? Queria encerrar com este questionamento porque eu acho que também a formação é um processo contínuo, que precisamos pensar além da carga horária e da formação, outros aspectos que vocês, na verdade, vão construir. E quero saber das experiências aqui.

A Jussara, então, está reforçando o questionamento no que diz respeito aos limites do orçamento da cidade. Este é um tema que envolve, nós fazemos uma discussão do financiamento da educação, e aí não é só educação infantil, mas nós precisaríamos discutir o financiamento da educação fundamental, que o município tem inserção, da educação de jovens e adultos e da educação especial, inclusive. Quero dizer que para meados do mês de maio, eu já quero anunciar, nós estamos planejando a realização de uma mesa que discuta o financiamento da educação, onde traremos o

ex-secretário de educação de Belém do Pará, que hoje está no Inep, um instituto de pesquisa do MEC, que é o Luís Araújo. Então, quero convidar porque é longa a discussão, mas você está focalizando um aspecto importante que devemos considerar agora no nosso debate.

Professora Ana Tancredi: As duas perguntas que a Mara e a Elisabeth me dirigiram foram, processo de enquadramento, se houve discussões? E muitas. Na minha fala mesmo eu coloquei que no dia da votação o Plenário estava lotado, e realmente houve uma pressão muito grande em cima dos Vereadores para aprovar o decreto encaminhado pelo Executivo. Então, agora, e a outra enquadrados no Estatuto do Magistério as que preenchem os requisitos legais.

Mara - monitora Agora sim, eu entendi. Eu fiz a pergunta da legalidade porque a princípio a senhora disse que todas haviam sido enquadradas. Por exemplo, foi o que eu entendi, talvez tenha entendido errado, e ela disse que teve, e que está tendo problema da legalidade, por isso que perguntei como eu estava lá a legalidade. Até porque aqui em Campinas, a informação que nós tivemos, volto a frisar, é que era ilegal, não

tinha como. E o simpático moral também, que temos que frisar que pelo menos aqui o monitor é visto como aquele que executa ainda, como muitas pessoas. Por isso que perguntei da legalidade.

Professora Ana Tancredi - Só um minutinho. Aqui, exatamente, é por isso que a gente insiste que na educação infantil tem que ter o professor, senão, sabe o que vai acontecer? Eu, professora, educo, ele, monitor, cuida. Então, quem vai dar o banho na criança, quem vai trocar a fralda é o monitor, e eu, professora, estudei quatro anos de universidade e não vou fazer isso! E não é isso que nós queremos.

Está certo? E não é isso o que nós queremos, nós queremos o professor, é tarefa dele trocar fralda, dar banho - desculpe - limpar cocô e dar mamadeira. Então, esta é nossa tarefa, como bem colocou a professora Ana Lúcia. Como é que eu vou trocar fraldas contando histórias? Quer dizer, esta é a nova postura que a LDB traz. Então, a mudança realmente é significativa, porque é uma mudança de concepção. Está certo? Quer dizer, é como também a Professora Ana Lúcia disse, não é hospital, não é escola e não é casa, mas é pouquinho de tudo isso. Que nós temos que na nossa formação

nos encharcarmos dessa idéia. Então, e já entro na questão da formação que foi colocada também. Esta é a resignificação do processo de formação que tem que acontecer a partir da universidade.

Então, por exemplo, no caso de Belém do Pará, esta tem sido uma longa discussão, inclusive - de novo - o pessoal da Ana Lúcia esteve lá com propor de uma maneira diferente. Mas eu acho que todo este debate leva nesta direção.

Professora Leila - Bom, primeiro o que a Joseane perguntou da questão da jornada de trabalho. A jornada de trabalho hoje dos educadores infantis, das educadoras... Levei um puxão de orelha da professora: "Você falou em gênero das professoras, porque também está na carga horária das professoras, que é de 30 horas esta jornada, esta uma hora acumulativa para que também elas façam esta reunião conjuntamente. Reunião não é só para as educadoras, as professoras também estão. E 30 minutos para reunião entre os pares, que é aquela que eu falei, se as pessoas fazem quinzenalmente nas creches dá uma hora quinzenal, onde educadoras com outras educadoras conversavam sobre o seu fazer, sobre o cotidiano, sobre a prática,

trocam experiências. Outros 30 minutos, que a maioria faz um hora quinzenal, onde há esta discussão, este trabalho conjunto entre as professoras e as educadoras que trabalham com a mesma turma. E uma hora acumulada para a reunião com o departamento de educação, que é onde pegamos para fazer a formação mensal de quatro horas conosco. Então, a equipe da secretaria, então, foi aí que nós trouxemos, que eu citei inclusive as professores que fizeram o trabalho conosco, e mais outras profissionais que fazem este trabalho, este processo de formação permanente. Então, nós tratamos de várias formas esta questão da formação. Nós temos aqui várias frentes de formações, que tenha chamado com assessores, onde trazemos pessoas de fora para tratar, no caso, da cultura, da infância, da pedagogia da infância, pensando nesta relação da criança/criança, criança/adulto, adulto/adulto, a reorganização dos espaços. Inclusive, esta questão que já foi colocada aqui, houve - por muito tempo, inclusive - uma grande discussão onde o professor se colocava como aquele que ensina, e o educador aquele que cuida.

E para desmistificarmos esta questão, também foi focado no processo de formação permanente. Hoje nós temos a tranquilidade um pouco mais na prática por

conta que a partir do ano passado tivemos o ingresso de professores na rede pública, e toda a professora, todo o professor que entre na rede municipal de Diadema para a educação infantil, sabe que há de se trabalhar com crianças de zero a seis anos, então, hoje temos, e está muito misto isso, está muito forte, temos - professoras como educadoras trabalhando nos berçários. O que não era precedente até o ano passado, então, até 2001, só no berçário haviam apenas as educadoras, professora não colocava a mão na fraldinha. A partir do momento em que houve a redução da jornada de trabalho das educadoras, lá em 2000, a partir de 2000, houve a necessidade, então, de aumentar a carga horária, porque não houve contratação pela gestão anterior de profissionais.

Então, diminuiu sim, foi uma conquista das educadoras, porém não houve contratação de novo pessoal. O que aconteceu? As educadoras foram suplementar a carga. Então, acabaram trabalhando mais horas. Mas também aí não deu conta, e as professoras da rede foram também suplementar e trabalhar nos espaços onde era apenas de educadoras. Então, hoje nós temos uma grande parcela de professoras trabalhando também com crianças pequenas, mini

grupos, crianças pequenininhas. Além dessa formação com assessoria, nós temos outra frente de formação, os “Pratas da Casa”, onde as profissionais da rede apresentam a sua prática, por isso que são as “Pratas da Casa”. Então, olha, dizer para vocês que maravilhoso o trabalho, várias apresentações, tem uma creche que apresentou um trabalho exemplar. Todas outras maravilhosas, mas esta que trata especificamente professoras e educadoras, conjuntamente, tratando da questão da reorganização do espaço do berçário, e da mistura de faixas etárias. Então, porque até então havia um distanciamento muito grande entre crianças pequenas e grandes, até hoje a estrutura das creches é realmente hospitalar, não dá para fechar os olhos para cima, os nossos berçários estão todos no andar de cima, e as crianças maiores estão no andar de baixo. Nada é por acaso, temos a confirmação disso. Mas hoje o trabalho é diferenciado, então, antes as educadoras que cuidavam, que estavam no espaço do berçário nem desciam para o espaço onde estavam os parques, porque os bebês vão ter que ficar em areia... Então, é uma concepção que tivemos de redimensionar, tudo isso é processo de formação, e já nos Pratas da Casa, temos a evidência de que as práticas estão se redimensionando,

as pessoas estão pensando diferentemente e na prática efetuando. Nós também temos o “Agitando idéias”, que é outra forma de formação permanente, onde vem pessoas de fora, assessores, enfim, pessoas que acreditamos que têm algo a contribuir e que fazem grandes palestras, grandes eventos. Pensamos em formação sistematicamente pensada ali no muidinho, temos grandes trabalhos - como a Ana Lúcia teve a oportunidade de estar conosco e muitas pessoas interessantes e importantes para tratar da questão da cultura da infância - e ali, o profissional da educação também podendo, tendo um espaço de apresentação de seu trabalho. E por conta dessas apresentações que já tivemos formações, inclusive a apresentadas no Fórum Mundial, dessas profissionais em creche. E com muito orgulho, foi a cidade que apresentou em todos os eixos trabalhos na prática, dentro das unidades escolares, porque a gente está no processo de desescolarização. Muito forte, porque em 1998, quando entra o ensino fundamental para a rede, no processo em que a Dolores estava falando, também tivemos um aperto aí, e por conta do fracasso escolar do ensino fundamental, crianças chegando na quarta série, quarto ano, porque trabalhamos em ciclos, sem estar lendo e

escrevendo convencionalmente, houve uma força para que a educação infantil fizesse esta antecipação da escolarização. E aí estamos num processo de discussão sim, com todos, onde não queremos parafusar mais crianças em cadeirinhas. O grande mote será, quando não mais requisitarem recursos necessários a estarem fazendo seus projetos, não necessitarem mais de mesa, cadeira, papel, sulfite, lápis e borracha... Que foi a grande grita da rede como um todo quando nós iniciamos o trabalho. O dia que todos os profissionais disseram: “Queremos... - assim como nós mulheres queimamos o sutiã em praça pública - vamos falar para as professoras e educadoras, enfim, queimarem as mesas e cadeiras...

Eu representante da Secretaria não posso falar isso, mas ando falando isso nas escolas, mas simbolicamente, para que a gente repense.

Professora Maria Dolores A. Sanches- Só para gente tentar localizar. Nós temos as creches, as EMEFs são espaços onde temos educação infantil e ensino fundamental. Deixamos o nome cumprido e quisemos deixar a questão da educação infantil para garantir, enquanto processo, porque na verdade acreditamos

muito. Hoje as monitoras trabalham 33 horas, seis horas com crianças e três horas de formação. Duas na semana em horário de serviço, e esta uma que é acumulativa no sábado. Toda a formação das educadoras perpassa pela questão da reflexão da sua prática. Então, a gente tentou descartar a questão de trazer textos e trazermos a discussão pela discussão sem significado. Partimos das práticas que elas fazem, os fazeres e vamos teorizando, a partir disso, e trazendo... Novos elementos para a discussão. Nesta ação que hoje temos hoje nas EMEFs de quatro horas de trabalho, as creches são organizadas em ciclos, então, temos ciclos um, dois e três, e temos a relação de adultos e crianças - que evidentemente vocês têm clareza de ser - de seis a nove, bebês, de 12 a 15, dependendo da faixa etária, e dos maiores uma faixa etária maior. Hoje temos as monitoras que são 120, e temos dentro dos espaços das creches as auxiliares de educação infantil, que são parceiras neste processo de educar e cuidar conjuntamente. Quando a gente está pensando na reorganização das quatro horas de trabalho das monitoras, durante 2002 nós fizemos uma discussão de como este módulo vai funcionar, a partir do momento em que esta monitora diminui a carga horária

dela. A carga horária da monitora é diminuída em quatro horas, então as 120 vão trabalhar 04 horas, estamos injetando nas creches mais ou menos 120 novas professoras. Então, vamos ficar com 220 professoras na creche, nesta condição. Mais as auxiliares de educação infantil, que na proporção adulto/criança fazem se complementar em relação às monitoras, que agora serão professoras. Esta é a organização que fizemos. Queria deixar claro que a luta das monitoras lá é de 12 anos de inclusão no Estatuto do Magistério, os quatro passados da última administração, o pedido não cabia no orçamento, mesmo sendo 120, não cabiam no orçamento. Então, o que eu tenho a dizer é que efetivamente é um processo que vamos negociando e vamos buscando as brechas financeiras, políticas, orçamentárias que dão estas condições. E o que eu queria dizer para vocês, fora a questão da carga horária e da formação, e este foi um erro muito grande nosso de Santo André, que eu gostaria de deixar como dica, que tentamos organizar as creches pensando nisso e esquecemos o pedagógico. E tivemos um grande prejuízo na ação, porque tínhamos crianças na creche, e a gente tinha uma quantidade de monitores e educadores e auxiliares lá e nem sabíamos o que fazer

com as crianças, porque o que reinava era a discussão de quanto eu trabalho, de quanto eu ganho, e na verdade de que formação que eu preciso. E as crianças ficaram na discussão e tivemos grandes prejuízos. Então, uma dica que eu dou a mais, é que invertamos a discussão, que o processo pedagógico é este que eu quero fazer na creche, que é diferente, o que a gente está propondo aqui é um processo diferente, não é este que na verdade a gente vivenciou, ou tem como modelo. E partir dele pensar que profissional é este que tem que ter garantias dos seus direitos sim, mas que respeitamos o objeto do nosso trabalho, que lá na creche é a criança.

Professora Ana Lúcia - Só destacando um pouco a questão da formação, está bem colocado como questão, e também pelo pessoal que contou as experiências concretas, que é uma profissão que está sendo inventada, nunca existiu a profissão de professor de zero a seis anos, existiu a profissão de quatro a seis com magistério, existiu a profissão de pedagogo para a primeira à quarta, e magistério para a primeira à quarta. Antigamente, e ainda tem muitas faculdades que têm a pedagogia que forma para a primeira à quarta e com especialização para pré, não tem especialização, habilitação para pré, não tem habilitação para zero a

seis, nunca teve, e nenhuma faculdade do Brasil teve habilitação, as faculdades que ainda têm habilitação, elas têm para educação especial, para direção, para isso e para aquilo, e para pré, nunca teve uma habilitação para zero a seis. Sempre é para o pré enquanto pré primário, enquanto antecipação, período preparatório, então, sempre no modelo de antecipação da escolarização. O que está tendo de novidade agora são os cursos de zero a dez, que ela lembrou bem, no nível da universidade e os magistérios estão devendo ainda, que ainda são de pré, poucas pessoas tiveram no magistério alguma coisa sobre bebê. Assim como, tanto é que não podemos cobrar muito das professoras que estamos criticando aqui com razão, porque falam: “Não quero trocar fraldas”, só que muitos dos cursos que elas fizeram, nunca disseram que elas iriam trocar fraldas, elas foram formadas para antecipar o ensino fundamental no pré. Não foram formadas para trocar fraldas contando histórias.

Então, também estão numa formação continuada. Temos que lembrar o seguinte, quem lutou para a formação continuada foram as professoras do ensino fundamental, numa houve luta das profissionais de creches - e não importa o nome, chamo de profissionais

de creche - e das professoras de pré para ter a formação continuada. Como vocês chamam, HTPC, estas coisas. E isso foi uma coisa que nós ganhamos, que herdamos da luta do pessoal do ensino fundamental. E aí a gente tem agarrar com todas as forças, só que temos que lembrar o seguinte, não basta a formação continuada, todo o profissional tem que ter uma formação de nível médio e uma formação de nível universitário.

Então, quero ir um pouco por aí. E a cobrança da mudança. Veja que estamos falando no meio de um furacão. O que está a proposta por aí? Normal superior para formação do pedagogo. Não mais formação universitária. Então, está é outra luta que nem foi falada aqui, mas quero lembrar, o nosso antigo ministro, meu colega da Unicamp, Paulo Renato, por ele teria privatizado a universidade, não conseguiu, então, tudo vai ter que ser mexido para não privatizar a universidade, e tudo foi feito para acabar com o curso de pedagogia no nível universitário, deixando, autorizando a ampliação pelas escolas privadas do normal superior, que para ser professor do normal superior não precisa ter doutorado, não precisa fazer pesquisa, então, é um outro curso, de nível superior, não é de nível universitário.

Então, ainda tem essa, que querem dar a formação para o profissional de zero a dez anos uma formação mais mixa, só de nível superior e não de nível universitário. Esta é outra luta. São Paulo, por exemplo, que vem de uma luta lindíssima desde a promoção social, e as colegas de vocês das creches de São Paulo na promoção social conseguiram sair de 08 horas de trabalho para 06 horas de trabalho, e eram chamadas de pajem e passaram a ser chamadas de auxiliar do desenvolvimento infantil. E somente no ano passado que as creches diretas, que não eram conveniadas, passaram para a educação, então, passaram só com dez anos de atraso, vocês aqui passaram desde 89, só que passaram com uma conquista, com o curso de formação. Mas cá entre nós, que ninguém nos escute, é o normal superior, não é o nível universitário, não é como este que estamos fazendo na Unicamp de nível superior.

Então, o pessoal preferiu isso que não ter nada. Mas a gente ainda tem que lutar por isso, nível universitário, de universidade, de um curso de pedagogia que forma profissional de zero a dez anos. Então, só queria colocar isso, e lembrando que não é questão só do banho versus aula, está claro para todo mundo que o professor de

zero a seis não dá aula. E não só o banho, acho que nos exemplos que elas foram dando, de como foi feita a formação, é como vai ser a organização do espaço, como sair do hospital, como sair da casa, e como sair da família. A creche e a pré-escola são instituições educativas na esfera pública que nada tem a ver com as três, o certo, se for para copiar algum ambiente, temos que copiar o atelier de artista, e não a casa, nem a escola ou hospital. Se for para copiar alguma coisa, nada de escola, nada de casa e nada de hospital.

O banho de uma creche não tem nada a ver com o banho que a mãe dá. O banheiro tem que virar laboratório de água, tem que dar o chuveirinho nas mãos das crianças para brincar com água dentro do banheiro, não é para ficar dando banho, é para ser um laboratório de água que eu vou tomar consciência do meu corpo, que eu vou me olhar no espelho, que vou brincar com meus amiguinhos, que vou ver como é o corpo do menino e da menina. Isso que é o pedagógico, isso é ser professor na hora do banho. Que a minha pergunta é a seguinte, pessoal, se alguém não for cuidar nem da alimentação, nem do sono, nem da fralda, nem do brincar, vai fazer o quê?

Então, conclusão, só as monitoras que trabalham

nas creches, as professoras não devem fazer nada. Ou não é? Então, pessoal, a luta pelo diploma, concordo com ela, a luta pelo diploma tem que vir junto com a melhoria da qualidade do nosso trabalho, é não abrir mão da formação continuada e não abrir mão da luta por uma universidade e pelo ensino médio de zero a seis. Então, isso aí que eu queria falar, e lembrar uma coisa, Campinas tem um currículo em construção, vocês deveriam estar retomando, é uma opinião minha, vocês deveriam retomar o currículo em construção porque não tem matéria, não tem, isso aí é fundamental, não ter aula de educação física, não tem aula de educação artística.

Educação infantil não é ensino infantil. Neste ponto a nossa lei ela é muito na frente, educação básica, tem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Educação não é ensino. Então, não pode ter aula de educação física, não pode ter aula de nada, nem de alfabetização e nem de música, não é aula que é para ter, é para música, é para arte, é para o corpo, estar junto na pedagogia, e não ficar fragmentando, cortando a criança em pedaços: “Agora é hora do corpo, agora é hora da música”. Não tem a ver no zero a seis, não tem... E quanto à questão do orçamento, eu

acho muito bom, como a colega que colocou aqui, acho muito bom como você colocou aqui, que todos tivessem essa consciência de que não há verba para todos serem professores. Só que isso não quer dizer que nós não vamos lutar para ser professores. Ao contrário, isso quer dizer que tem uma luta que eu espero que o Lula, quando escolheu o vice dele, empresário, ele cobre do vice, empresário, nós temos que arrumar uma verba própria para educação infantil, não pode ficar se chororo de pedir esmola. Então, na hora que tiver uma verba própria para a educação infantil, criar um auxílio-creche ou alguma coisa, vai entrar uma grana na Prefeitura para isso. Este curso da Unicamp para 19 prefeituras, sabe o que aconteceu? Só Campinas, Piracicaba e Americana que mandaram as professoras de creches que tinham magistério para fazer o vestibular. As outras 16 prefeituras nem contaram para as professoras de creche que tinham magistério e que poderiam prestar o vestibular. Por quê? Ficaram apavoradas porque daqui a três anos o pessoal vai ter diploma e vão arrumar dinheiro aonde para pagar igual? Na verdade, tem que fazer ao mesmo tempo, não porque lá vocês são maiores, ao contrário, vocês têm mil, mas as professoras de creches puderam, quem tem

o magistério pôde prestar o vestibular. Estas outras prefeituras, mesmo sendo menores, ficaram apavoradas. “Não tem orçamento para fazer todo mundo!” Conclusão, é uma luta com os Vereadores engajados de encontrar esta verba, não adianta pôr a culpa que não tem verba, tem que inventar uma verba. Conseguimos, na Ditadura Militar, inventar o Lei Calmon. 20% do orçamento municipal tem que ser gasto com a educação, e este dinheiro tem ficado só para a educação obrigatória. Então, agora, temos que inventar uma verba própria para a educação infantil.

Mara - monitora Só quero agradecer quem realmente resistiu até agora, e quero mais uma vez cumprimentar o Vereador Paulo Bufalo, porque normalmente a educação é o primo pobre nas políticas em geral. Então, está dando um papel de realce para a educação, especialmente para a educação infantil. E muito obrigada pela presença de todos vocês.

Professora Maria Dolores - Só queria agradecer por poder participar e compartilhar um pouquinho dessas vivências de Santo André. Temos clareza que ela não é uma receita, mas ela pode ser um caminho para que as pessoas possam, na verdade, observar e tentar buscar os seus próprios caminhos. E que vocês

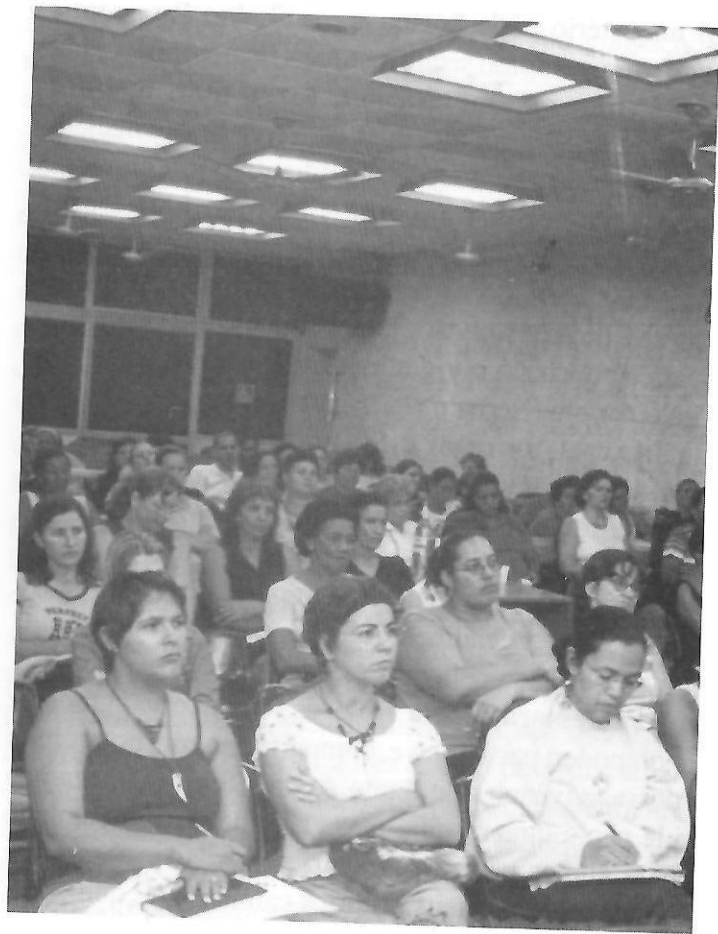
tenham sorte porque é uma questão polêmica e difícil de ser tratada assim. Obrigada.

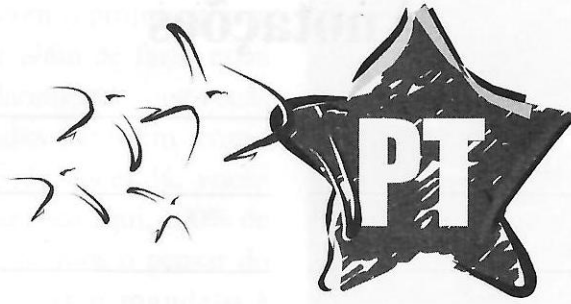
Professora Ana Tancredi - Eu queria lembrar daquele finzinho da poesia do Borges: “Antes que seja tarde, antes que tenhamos 75, vamos brincar mais com as crianças”.

Paulo Bufalo - Bom, eu quero registrar aqui a presença do vereador do PT, Angelo Barreto, que passou por aqui. Segundo que a prefeita, ela foi convidada e justificou por conta de outras atribuições que está desempenhando na cidade.

Eu queria, quero agradecer, então, à Ana Tancredi, Leila, Dolores e a Ana que trouxeram estes subsídios para nós aqui, para que nós, a partir da casa, na verdade nesta Casa nós estamos praticamente iniciando este debate de carreira. Tem propostas colocadas tramitando aqui, o próprio Vereador Sérgio Benassi tem uma proposta colocada para esta Casa já há alguns anos, e uma disposição de dialogar. Então, nós temos que aproveitar deste momento e da disposição que nós estamos para poder fazer construir uma proposta pelas mãos de vocês, para que vocês

que ou dão o banho ou brigam com o professor para que dê banho também, para que além de fazer estas tarefas - Bete que colocou isso claramente - que vocês possam ser, de fato, encaradas também como intelectuais, que naquele gesto de vocês lá, vocês produzam saberes sim. Então, para nós aqui, 100% de uma mesa socialista, nós não separamos o pensar do fazer. Por isso, eu quero colocar o mandato à disposição, vou levar isso que nós discutimos hoje aqui para a Comissão de Educação desta Casa, para que os outros Vereadores possam incorporar, e como Líder de Governo, que hoje eu sou aqui na Casa, Líder de Governo, quero fazer também chegar estas informações até a Secretaria Municipal de Educação, com a qual nós podemos algumas vezes ou muitas vezes, temos divergências, mas é com estas pessoas que nós vamos construir uma proposta diferente para a carreira de vocês. Então, estamos dando este pontapé, e queremos contar com vocês, com as amigas e companheiras de trabalho de vocês em outros momentos e esperamos que vocês as convençam a vir para cá e debater conosco.





Mandato Coletivo Socialista
Vereador Paulo Bufalo
Campinas - SP

*Assessoria: Luciana Vieira, Lincoln César Moreira, Hélio Martins,
Reginaldo Euzébio da Cruz e Jéssica del Carmen Vega Galván.*

Colaboração: Ariane Favareto e Lucilene da Silva.

Edição e Diagramação: Reginaldo E. da Cruz

Arte da Capa: Eduardo Turati

Impressão: MHG Gráfica

Tiragem: 2 mil exemplares

Mandato Coletivo Socialista

Vereador Paulo Bufalo

Câmara Municipal de Campinas

Avenida Anchieta nº 200, Centro

CEP: 13001-970

Caixa Postal nº 520

Fone: 3736-1380

Fax: 3736-1386

email: paulobufalo@uol.com.br

home page: www.paulobufalo.net